

C B
H A

40° COLÓQUIO DO
COMITÊ BRASILEIRO
DE HISTÓRIA DA ARTE

PESQUISAS EM DIÁLOGO



40° COLÓQUIO DO
COMITÊ BRASILEIRO
DE HISTÓRIA DA ARTE

PESQUISAS EM DIÁLOGO

Realização



Co-realização



Universidade
Federal de
Uberlândia



**CBHA - Comitê Brasileiro de História da Arte
Fundado em 1972**

Presidente de honra: Walter Zanini (*in memoriam*)

Diretoria do CBHA (2020-2022)

Presidente: Marco Antônio Pasqualini de Andrade (UFU)

Vice-presidente: Neiva Maria Fonseca Bohns (UFPEL)

Secretária: Rogéria Moreira de Ipanema (UFRJ)

Tesoureiro: Arthur Valle (UFRRJ)

Conselho Deliberativo (2020-2022)

Almerinda da Silva Lopes (UFES)

Blanca Brittes (UFRGS)

Emerson Dionísio Gomes de Oliveira (UnB)

Luiz Alberto Freire (UFBA)

Maria de Fátima Morethy Couto (UNICAMP)

Marize Malta (UFRJ)

Comissão de Organização e Comitê Científico do 40º. Colóquio do CBHA

Marco Antonio Pasqualini de Andrade (UFU / CBHA) (presidente)

Arthur Valle (UFRRJ)

Bianca Knaak (UFRGS)

Camila Dazzi (CEFET – RJ)

Eduardo Veras (UFRGS)

Fernanda Pitta (Pinacoteca do Estado)

Maria Inez Turazzi (UFF)

Maria Izabel Branco Ribeiro (FAAP)

Neiva Maria Fonseca Bohns (UFPEL)

Rogéria de Ipanema (UFRJ)

Tadeu Chiarelli (USP)

Imagem da Capa

Sandro Ka, Imagem e semelhança, 2013. Gesso e borracha, 26 x 17 x 6 cm. Foto: Santo Clic

Diagramação

Vasto Art

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C72 - Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte (40: 2020)

Anais do 40º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Pesquisas em diálogo

(evento online), 7 -11 nov. 2020 (Organização: Marco Pasqualini, Neiva Bohns, Rogéria de Ipanema, Arthur Valle). Uberlândia: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2021 [2020].

375 p : 21X37 cm: ilustrado

ISSN: 2236-0719

<https://doi.org/10.54575/cbha.40>

1. História da Arte. I. Comitê Brasileiro de História da Arte. II. Anais do XXXIX Colóquio do CBHA.

CDD: 709.81

CBHA – Comitê Brasileiro de História da Arte

Publicações, colóquios anteriores e demais informações estão disponíveis em:

<http://www.cbha.art.br/index.html>

Contato: cbha.secretaria@gmail.com

“Blitzkrieg contra a Macumba:” repressão policial e arte sacra afro brasileira no Rio de Janeiro em 1941

Arthur Valle, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CBHA

Resumo

O artigo discute uma grande ofensiva policial contra locais de culto afrobrasileiros, ocorrida no Rio de Janeiro no início de 1941. A análise de notícias de imprensa sobre essa ofensiva revela a manutenção do racismo e violência contra as religiões afrobrasileiras que eram comuns desde o início da República; mas também revela novas e sombrias implicações, em função da ofensiva ter ocorrido quando grassava a Segunda Guerra Mundial. Não obstante, a leitura dessas notícias também nos permite resgatar, com certo detalhamento, as identidades dos religiosos, os endereços de seus locais de culto e diversos exemplos da arte sacra afrobrasileira que então se produzia e que, em parte, até hoje se preservam.

Palavras-chave: Arte sacra afrobrasileira. Repressão policial. Racismo religioso

Abstract

The paper discusses a huge police offensive against Afro-Brazilian places of worship that took place in Rio de Janeiro in early 1941. The analysis of press articles related to this offensive reveals the maintenance of racism and violence against Afro-Brazilian religions that were common since the beginning of the Brazilian Republic; but it also reveals new and gloomy implications, since the offensive occurred while the Second World War was raging. Nevertheless, these press articles also allow us to recover the identities of the religious, the addresses of their places of worship and various examples of Afro-Brazilian sacred art that were then produced and that, in some extent, are still preserved today.

Keywords: Afro-Brazilian sacred art, Police repression, Religious racism

“Macumba” é hoje - talvez mais do nunca - um termo em disputa. Ainda é muito comum o seu emprego como designação pejorativa ligada às religiões afrobrasileiras e suas práticas, compreendidas como sinônimo de malefício. Macumba, nesse sentido, é “expressão que nos limites da política colonial infere uma condição subalterna, perigosa e homogeneizante às múltiplas tradições reinventadas e praticadas em terras brasileiras” (RUFINO, s. d.). Julgamos, porém, mais adequada e produtiva a formulação daqueles que compreendem “macumba” como designação de práticas religiosas sofisticadas, que tem o potencial de relativizar a intransigência dos modos de pensar marcados pela colonialidade e propor maneiras novas e plurais de existência, que apelam pelo (re)encantamento do mundo (SIMAS & RUFINO, 2019). Nesse outro sentido, derivando da palavra “quicongo *makumba*, plural de *kúmba*, ‘prodígios’, ‘fatos miraculosos’, ligado a cumba, ‘feiticeiro’” (LOPES, 2011, pos. 15655-15656), o termo designaria, antes, “a terra dos poetas do feitiço; os encantadores de corpos e palavras que podem fustigar e atazanar a razão intransigente e propor maneiras plurais de reexistência e ‘descacetamento’ urgente pela radicalidade do encanto” (SIMAS, s. d.).

Na imprensa do Rio de Janeiro, ao menos a partir de meados da década de 1910, o entendimento predominante de “macumba” era o de práticas religiosas de matriz africana. Os jornalistas então empregavam o termo - muitas vezes como sinônimo de “candomblé” - para designar o que entendiam como “o culto trazido pelos escravos africanos, se bem que suas práticas sofram hoje a influência direta do cristianismo e do espiritismo, numa composição híbrida” (Gazeta de Notícias, 1936). As conotações desse entendimento eram, porém, quase invariavelmente negativas. Elas davam testemunho, sobretudo, do racismo e da violência (literal e simbólica) que regem, desde tempos coloniais até hoje, a inserção dos africanos, seus descendentes e suas práticas culturais no quadro mais amplo da sociedade brasileira.

No período que aqui nos interessa, autoridades cariocas não só desqualificaram os saberes e bens simbólicos afrobrasileiros, como procuraram, com ações práticas, expurgá-los do tecido social. A estratégia talvez mais sistemática nesse sentido envolveu a repressão policial, que se abateu sobre as religiões afrobrasileiras, com variada intensidade, durante a Primeira República e o período dos governos de Getúlio Vargas. O presente artigo procura discutir uma manifestação relativamente tardia dessa repressão, ocorrida no início de 1941. A análise de notícias de imprensa sobre essa ocorrência revela a manutenção do racismo e da violência contra as religiões afrobrasileiras, mas se somam a isso novas e sombrias implicações, em função dela ter ocorrido quando grassava a Segunda Guerra Mundial. Não obstante, como veremos, a leitura a contrapelo desses documentos também nos permite resgatar, com certo detalhamento, as identidades dos religiosos, os endereços de seus locais de culto e diversos exemplos da arte sacra afrobrasileira que então se produzia e que, em parte, até hoje se preservam.

A “Blitzkrieg” contra as religiões afrobrasileiras em 1941

Na noite de 31 de março de 1941, a polícia do Rio de Janeiro deflagrou aquilo que, na imprensa local, foi designado como “uma campanha sem quartel a todos que se dedicavam à prática da magia negra” (A Noite, 1941, p. 2). Idealizada pelo então Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Major Filinto Strubing Müller, a “campanha” foi conduzida pela Diretoria Geral de Investigações (DGI) do Rio, dirigida por Cesar Garcez, com apoio de agentes da 1ª. Delegacia Auxiliar, repartição que era então a principal responsável pelas ações repressivas contra as práticas religiosas afrobrasileiras.

A “campanha” policial envolveu “nada menos de 35 turmas de investigadores, às quais cumpria varejar terreiros e centros de baixo espiritismo em todas as zonas da cidade, desde a do centro até a rural” (A Noite, 1941, p. 2). Segundo a manchete publicada no *Diário de Notícias* (1941), no curto intervalo de 48 horas, as forças policiais prenderam oitenta religiosos (apenas os dirigentes dos locais de culto foram presos; os demais crentes surpreendidos pelas batidas foram liberados) e invadiram setenta “terreiros.” O *Diário de Notícias* publicou, ainda, uma valiosa lista de endereços de quase cinquenta desses locais de culto e seus respectivos dirigentes, que foi em parte publicada também por outros jornais.

Considerando que esses endereços se referem de fato a locais de culto afrobrasileiros e que a toponímia das ruas pouco se alterou, se os plotarmos em um mapa digital da região metropolitana do Rio atual, podemos ter uma ideia aproximada de sua distribuição em 1941 [Figura 1]. Tal distribuição abarca desde o centro e a Zona Sul da cidade até bairros distantes, como Bangu, se estendendo mesmo a outros municípios, como São João de Meriti e Duque de Caxias. Na sua maioria, os locais de culto afrobrasileiros se distribuem acompanhando algumas das principais linhas férreas do Rio. É o caso principalmente da antiga estrada de ferro D. Pedro II (que atravessa bairros como Madureira e Oswaldo Cruz, se estendendo até Santa Cruz) e, em menor medida, da antiga estrada de ferro Leopoldina (que corta bairros como a Penha, indo na direção de Duque de Caxias e além). Desde o séc. XIX, as ferrovias foram os principais vetores de expansão da cidade do Rio rumo aos ditos “subúrbios” (ABREU, 2013, p. 50-53). A localização majoritária dos locais de culto nas proximidades das linhas de trem é um indício revelador da condição socioeconômica subalterna dos religiosos afrobrasileiros em uma cidade cuja crescimento urbano se baseou, em grande medida, na segregação social.

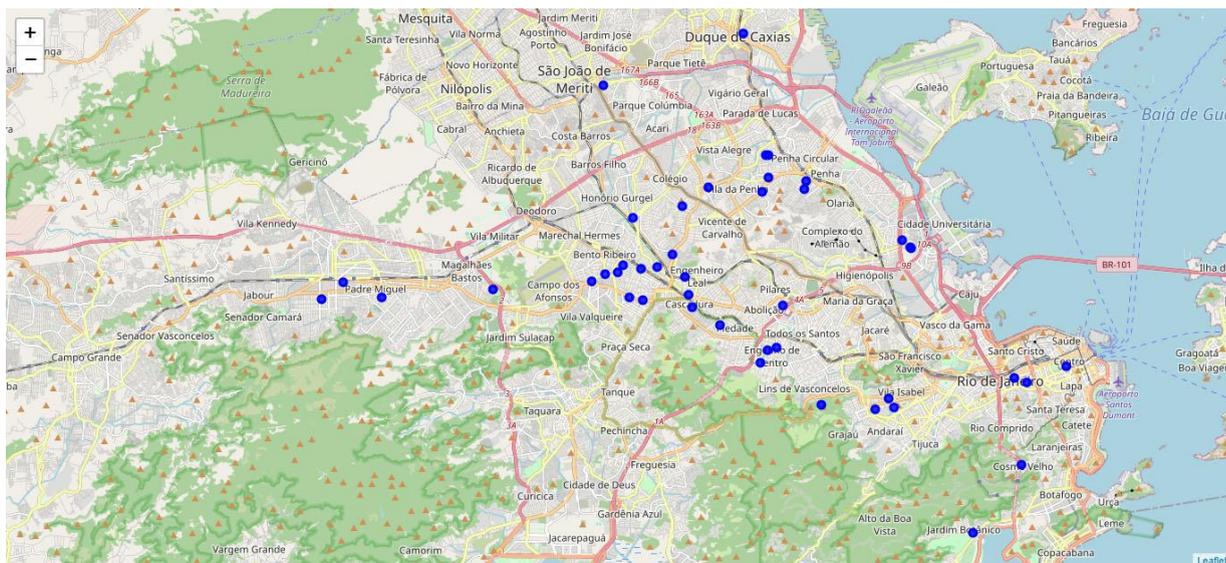


Fig. 1. Mapeamento de locais de culto afrobrasileiros (indicados pelos pontos azuis), com base em informações publicadas pelo jornal *Diário de Notícias* de 1 abr. 1941. Produzido com JupyterLab 1.2.6 e Folium 0.11.0
URL: http://www.dezenovevinte.net/asab/locaisdeculto_1941.html

A “campanha” idealizada por Müller fazia renascer, com singular ímpeto, a repressão policial às religiões afrobrasileiras que foi particularmente intensa entre meados dos anos 1910 e finais dos anos 1920, mas que parecia ter perdido força na década de 1930 (VALLE, 2020). Até 1940, a repressão policial se embasava em uma interpretação racista das religiões afrobrasileiras como fraude ou feitiçaria, visando ao estelionato de pessoas incautas. Isso permitia que a polícia as enquadrasse nos artigos do Código Penal de 1890 (DECRETO N° 847, 1890) que puniam os chamados “crimes contra a saúde pública,” nomeadamente o exercício ilegal da medicina, o espiritismo, a magia e o curandeirismo. Um novo Código Penal, promulgado de 1940 (DECRETO-LEI N° 2.848, 1940), não mais qualificava espiritismo e magia como práticas sujeitas a punição legal. Vale notar, todavia, que o código de 1940 só teria entrado em vigor em 1942 e, sobretudo, que seu artigo 284 continuava a considerar o curandeirismo como crime, o que representava, na prática, uma brecha legal que legitimava a continuidade da repressão.

Na imprensa da época, também reiteradamente se afirmou que a “campanha” policial fora motivada por uma solicitação dos responsáveis pelo Hospital Nacional dos Alienados e outros sanatórios existentes na então Capital Federal. Segundo o jornalista anônimo do *Diário de Notícias* (1941),

[...] as autoridades psicopatas [sic] fizeram chegar às mãos do Chefe de Polícia uma estatística alarmante sobre o número de doentes mentais ali recolhidos, em consequência da ação nefasta do baixo espiritismo. Todas estas vítimas dos misticadores eram fervorosas adeptas da "magia negra" e acabaram por ficar perturbadas das ideias com os rituais africanos...

Em suma, no começo de 1941, não só a repressão policial às religiões afrobrasileiras foi fortemente retomada, mas voltou a ser vinculado um discurso de

raiz higienista que interpretava essas religiões e suas práticas curativas e terapêuticas como nocivas à sociedade e produtoras de malefícios morais, como a loucura. Vale notar que tal discurso - que se valia da autoridade da ciência, mas não explicitava dados que o embasassem - já se encontrava claramente expresso na imprensa e em documentos oficiais ao menos desde os anos 1920 (ver, e. g., *A Noite*, 1923; RELATÓRIO, 1930, p. 180).

Dividindo espaço nos jornais com notícias sobre a Segunda Guerra Mundial que então galvanizava a atenção dos leitores, não surpreende que as matérias sobre a “campanha” policial de 1941 tenham sido contaminadas pela retórica bélica. As manchetes falavam de “guerra” à macumba, ebós e orixás, e incentivavam o total “extermínio” das religiões afrobrasileiras. No contexto desse vocabulário bélico, uma expressão, repetida em quase todos os jornais, se destaca e merece uma atenção especial: trata-se do termo alemão “Blitzkrieg,” que literalmente quer dizer “guerra-relâmpago.”

Como aponta Karl-Heinz Frieser (2005), o termo aparece ao menos desde 1935 em publicações militares alemãs, como *Deutsche Wehr* e *Militär-Wochenblatt*. Mas ele somente ganha difusão após as campanhas alemãs na Polônia, em 1939, e, especialmente, na França e Países Baixos no verão de 1940, quando, em menos de seis semanas, o exército nazista derrotou as forças combinadas de várias nações. Frieser e outros Investigadores, como Richard Holmes (2001, p. 135), postulam, porém, que nunca houve uma doutrina coerente ou conceito unificador de “Blitzkrieg.” Segundo Dennis E. Showalter (1996, p. 58, tradução livre), “o que é comumente chamado de operações *blitzkrieg* desenvolveu-se a partir de experiências adquiridas no campo entre 1939 e 1941. Nesse sentido, [o termo] *blitzkrieg* é melhor entendido como uma construção *post facto* para explicar uma estrutura complexa de eventos e ideias.”

Aparentemente, os jornalistas cariocas que escreveram matérias sobre a “campanha” policial de 1941 não estavam preocupados com uma exegese adequada do termo “Blitzkrieg.” As características da “campanha” - seu efeito-surpresa, rapidez e violência - eram suficientes para aproximá-la de uma suposta tática de guerra então intimamente associada às forças militares nazistas. Mas outros fatores em jogo à época tornam a apropriação do termo alemão prene de significados, conferindo-lhe conotações sombrias.

Nesse sentido, vale nos determos, primeiramente, no próprio idealizador da dita “Blitzkrieg,” Filinto Müller. Conservador, nacionalista e anticomunista, Müller nasceu no Mato Grosso em 1900 e hoje em dia é infamemente lembrado pelos serviços que prestou aos governos ditatoriais do Estado Novo e do regime militar pós-1964. São comuns as acusações de que, quando foi Chefe de Polícia, entre 1932 e 1942, ele era um simpatizante dos nazistas. A esse respeito, R. S. Rose (2017, p. 210-211) pondera que “pelo menos uma fonte [Amaral Peixoto] alegou que Filinto estava orgulhoso de sua herança alemã. Em contraste, nem os nazistas, nem os britânicos, nem os americanos colocaram Müller entre os amigos do Eixo.” Müller teria, inclusive, ajudado Max Hest, um advogado alemão antinazista que se forajiu

da Gestapo no Brasil, o que por si só lança dúvidas sobre se ele seria de fato um pró-nazista (ROSE, 2017, p. 415-416).

Já Renato Lemos ([s.d.]) lembra que a oposição a Vargas seguidamente acusou Müller “de ordenar prisões arbitrárias e utilizar torturas, além de conferir um caráter anti-semita às deportações de estrangeiros.” Müller é muito lembrado por chefiar, por exemplo, a operação que, em 1936, prendeu Luis Carlos Prestes e sua esposa, Olga Benário, a qual foi, em seguida, entregue aos nazistas e acabou morrendo no campo de concentração de Bernburg, em 1942. Além disso, é fato que Müller foi perdendo influência dentro do Estado Novo a medida em que Vargas se aproximou dos Aliados e foi afastado da chefia de polícia justamente ao tentar reprimir um protesto de estudantes contra as potências do Eixo (ROSE, 2017, p. 218). Em suma, apesar de ser impossível afirmar que Müller era de fato um simpatizante do Nazismo, podemos presumir que, caso fosse, ele teria apreciado - e mesmo incentivado - o uso do termo “Blitzkrieg” para designar a “campanha” contra as religiões afrobrasileiras que idealizou.

Já algumas das fotos dos religiosos presos em 1941 sugerem um paralelo lúgubre com práticas de limpeza étnica que foram levadas a cabo pelos nazistas [Figura 2a e 2b].

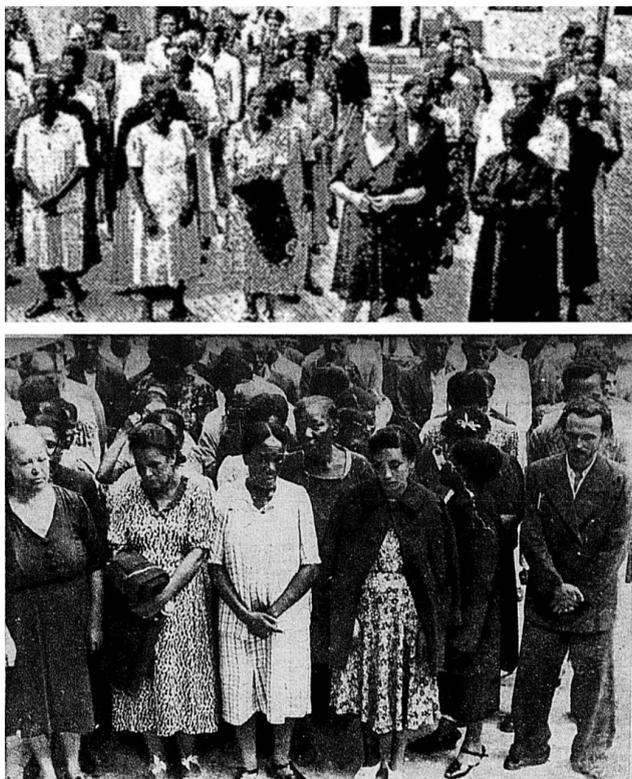


Fig. 2. Fotos em: (a) *A Noite Ilustrada*, 8 abr. 1941, p. 44; (b) *O Globo*, 31 mar. 1941, p. 1

Nelas, vemos os pais e mães de santo - na sua maioria negros - reunidos no que aparenta ser um espaço aberto. Enfileirados, eles trajam roupas simples e ostentam um semblante abatido. Seus rostos se encontram quase invariavelmente

voltados para o chão, em um sinal de vergonha, como se antecipassem a difamação pública que a exibição nas manchetes dos jornais acarretaria. O enquadramento em *plongée* das fotos sublinha, por fim, a humilhante situação de inferioridade a que os religiosos foram submetidos.

Tais fotos evocam, sinistramente, as de prisioneiros de campos de concentração da Segunda Guerra, cuja divulgação foi frequente à medida que o conflito se desdobrou. Sabemos, segundo os jornais, que a intenção do Müller era enviar ao menos parte dos religiosos presos para a Penitenciária de Dois Rios, na Ilha Grande. Embora não tenhamos comprovação se isso de fato ocorreu, tal intenção por si só indica um desejo de segregação radical, semelhante àquele que os nazistas infligiram aos judeus e outros inimigos políticos.

Arte sacra afrobrasileira nas fotos de imprensa de 1941

As demais fotos que estampam as notícias de 1941 têm um caráter bem diferente das mostradas acima. Como veremos, elas são potencialmente valiosas para a historicização de aspectos da arte sacra afrobrasileira, como indumentária litúrgica e objetos de culto. Simultaneamente, elas carregam a sombra da repressão policial e demandam cautela ao serem analisadas. O que se infere dos textos de imprensa é que tais fotos não foram tiradas nos locais de culto, mas sim na Delegacia Central do Rio. Ali, alguns religiosos foram forçados a vestir suas vestes litúrgicas e encenar alguns de seus ritos, a fim de que as autoridades policiais pudessem melhor conhecê-los.

O caráter fabricado dessas imagens nos parece muito evidente em uma das fotos publicadas em *A Noite Ilustrada* [Figura 3a], cuja legenda reza: “No ‘estado’ ‘Rei Congo’ e ‘Cabocla Jupira’ preparam o ‘ebó’ [i. e., uma oferenda ritual].” Informações em outras notícias nos permitem afirmar, com certa segurança, que “Rei Congo” era o sacerdote Dilermando Juventino da Silva, que tinha 45 anos quando foi preso e cujo local de culto se localizava na rua Oliveira Ribeiro n. 26, bairro de Bangu. Já “Cabocla Jupira” chamava-se Jupira Ferre; à época, ela tinha 40 anos e o terreiro que dirigia se localizava na rua Visconde Duprat n. 18, centro do Rio.

Diferentemente dos religiosos na Figura 2, “Rei Congo” e “Cabocla Jupira” posam com altivez e ostentam impressionantes vestes litúrgicas, bastante elaboradas. Mas estas são tão diferentes entre si que provavelmente nunca poderiam ter feito parte da cerimônia de uma mesma denominação religiosa. A justaposição dos religiosos é, portanto, incoerente, assim como o simulacro de altar atrás deles, que reúne objetos aparentemente sequestrados de diferentes locais de culto, justapostos sem qualquer critério litúrgico que possamos identificar. Em baixo e à direita da foto, uma senhora negra - possivelmente outra religiosa - ri na direção da câmera fotográfica, o que podemos interpretar como um gesto irônico de resistência. Sua zombaria parece frisar o caráter artificioso de tal encenação, orquestrada pelos policiais imbuídos de uma “visão de fora” (SODRÉ & LIMA, 2014,

p. 63-74) das religiões que reprimiam, i. e., uma visão que, na sua arrogância, ignorava os fundamentos dessas religiões.



Fig. 3. Fotos em: (a) *A Noite Ilustrada*, 8 abr. 1941, p. 44; (b) *Correio da Manhã*, 2 abr. 1941, p. 1

Dilermando Juventino da Silva aparece sozinho em outra foto publicada em 1941 [Figura 3b] e suas vestes merecem discussão. Seu guia espiritual, “Rei Congo” - ou “Rei do Congo,” como aparece grafado em alguns jornais - é referido por Lopes (2011, pos.22106) como uma “entidade da umbanda, chefe da falange do Povo do Congo;” mas Lopes lembra que esse nome também designa um personagem das congadas, uma das muitas manifestações culturais que, no Brasil, conservaram a lembrança da grandeza da civilização Kongo (VANSINA, 2010). A origem centro-africana da entidade é reiterada em um fragmento de *ponto cantado* transcrito em *A Noite* (1941, p. 1) que cita Aruanda, a morada mítica das entidades da Umbanda, normalmente identificada com Luanda ou Ruanda: “Congo, Rei Congo, | Congo de maleme, | Rei congo, mia [sic] pai chegou, | Ele veio de Aruanda, | Para sarvá [sic] filho de Umbanda.”

Embora certamente tenham equivalentes em tradições culturais oriundas da África Central, as vestes de Dilermando lembram também as de divindades da África Ocidental. Seu acessório de cabeça e sua saia, feitos de palha-da-costa, recordam o *azé* de Xapanã (LODY, 2003, p. 220), o orixá iorubano da varíola e das moléstias infectocontagiosas e epidêmicas - também conhecido, em sua “forma” jovem, como Obaluaiê, ou, em sua “forma” velha, como Omolu (BARROS, 2009, p. 173). Sobre o peito de Dilermando, vemos o que aparentam ser *brajás* (grossos fios-de-contas, usados sobretudo por sacerdotes) arrematados por cabaças, um atributo também associado a Omulu (LODY, 2003, p. 244). Além disso, Dilermando segura em sua mão direita um grande objeto, de identificação incerta: ele nos recorda um *xaxará* (LODY, 2003, p. 201-211), o bastão ritual de Omulu, mas também um *ogó* (LODY, 2003, p. 192), o poderoso porrete que é um atributo de Exu.

Outro sacerdote que foi destacado em várias fotos de jornal em 1941 é identificado na reportagem do *Diário da Noite* (1941, p. 1) como Sizenando José da Silva [Figura 4a e 4b], cujo local de culto estava localizado na Rua Cardoso de Mello n. 52, bairro de Oswaldo Cruz. Com barbas embranquecidas pelos seus 60 anos de idade, Sizenando é fotografado usando uma túnica e capa escuras, que cobrem todo seu corpo; ele é mostrado sentado, em diferentes poses, sempre hieráticas e solenes.

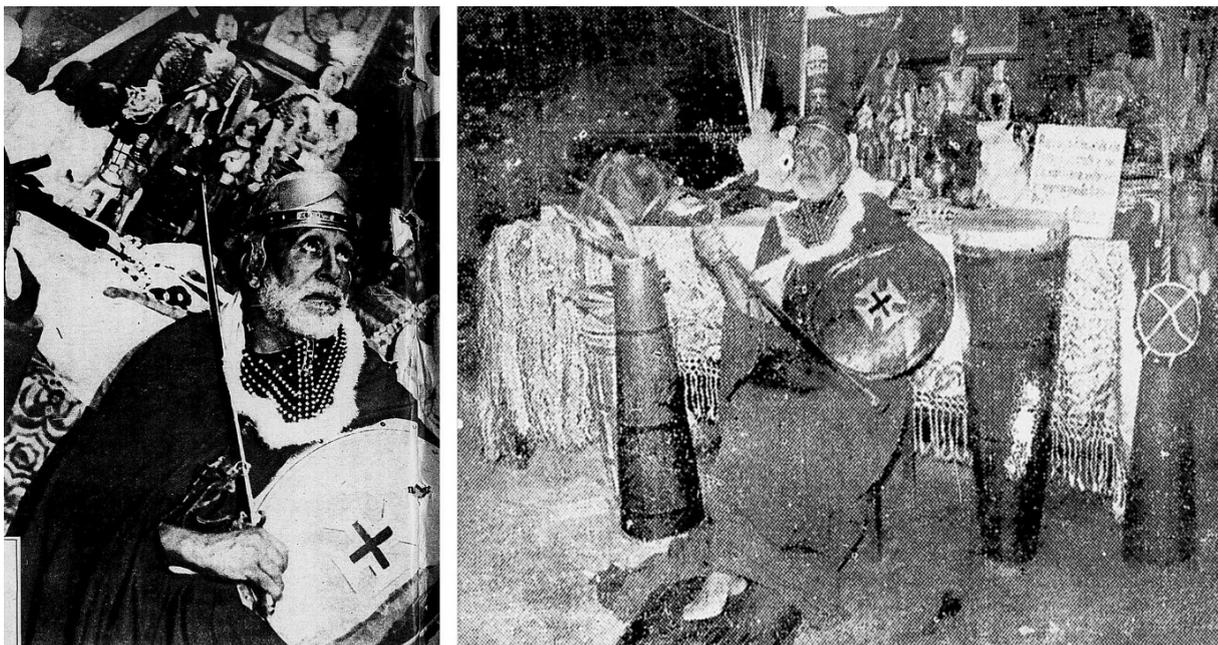


Fig. 4. Fotos em: (a) *A Noite Ilustrada*, 8 abr. 1941, p. 44; (b) *Diário da Noite*, 31 mar. de 1941, p. 1

Na legenda da foto publicada em *A Noite Ilustrada*, lemos sobre Sizenando: “com a indumentária própria, o 'pai-de-santo' dá consultas, possuído do espírito de 'Ogum'!” Com efeito, algumas das insígnias que Sizenando porta, como a coroa e o sabre na mão direita, são comumente usadas por religiosos que incorporam Ogum em cerimônias contemporâneas de Candomblé. Insígnia menos comum

atualmente é o escudo que Sizenando carrega no braço esquerdo, mas ele também poderia ser associado às qualidades guerreiras de Ogum. Vale notar, porém, o quão ocidentalizada é essa caracterização do orixá do ferro dos iorubás.

Logo, em certos aspectos, tanto as vestes de Dilermando quanto as de Sizenando divergem das "roupas de santo" de períodos mais recentes. Ainda que não possamos, no momento, entender todas suas particularidades, suas fotos são potencialmente valiosas para uma historicização da indumentária litúrgica afrobrasileira no Rio de Janeiro.

Mas as fotos que estamos analisando nos ajudam a historicizar diversos objetos sacros específicos, especialmente porque alguns deles ainda hoje existem. Com efeito, para a história da arte no Brasil, a consequência talvez mais importante da “Blitzkrieg” de 1941 é o fato de que vários objetos então sequestrados dos locais de culto passaram a integrar a coleção do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Em um dos poucos trechos das notícias de 1941 que não é explicitamente crítico e/ou racista com relação às religiões afrobrasileiras, o jornalista anônimo de *A Noite* reconheceu a riqueza, diversidade e valor artístico de tais objetos. De modo algo surpreendente, ele ponderou que alguns “terreiros” podiam constituir autênticos “museus” e até previu a eventual incorporação de seus patrimônios por instituições oficiais de salvaguarda:

É de se salientar a riqueza da maior parte de tal material contando-se grandes imagens ricamente trabalhadas, panos de gurgujão de seda, bordados ou franjados a ouro, a par de *verdadeiras preciosidades para enriquecer as coleções de museus de obras de arte dos índios brasileiros e africanos*. Búzios, espécies de missangas onde o pai-de-santo lê, antes da consulta, as afinidades de seu consulente, trabalhados [sic] em marfim, escudos de prata, soberbos mantos de púrpura, com que eram adornados os que “recebiam Ogum” - o santo cavaleiro, lado a lado com garrafas de champagne e outros vinhos finos. (*A Noite*, 1941, p. 2, grifo nosso)

Especialmente nas fotos que mostram o pai de santo Sizenando podemos identificar objetos que foram posteriormente incorporados pelo Museu da Polícia. Recentemente, essa coleção foi transferida para o Museu da República do Rio (Polícia Civil, 2020; DIÁRIO Oficial, 2020, p. 22). As informações sobre a apreensão de parte de seus itens aqui apresentadas certamente contribuirão para os novos estudos possibilitados por esse novo e mais favorável enquadramento institucional.

Um primeiro objeto é o próprio escudo com a cruz de malta que Sizenando em todas as fotos e ao qual acima já nos referimos. Em outra foto de Sizenando publicada em *A Noite* é também claramente identificável uma peça do Museu da Polícia: trata-se de uma escultura em argila, que tem búzios incrustados à guisa de boca e olhos, e que pode ser vista bem no centro da foto, logo acima de uma palmatória, no “altar” atrás dos religiosos em primeiro plano [Figura 5a e 5b]. Duas outras fotos dessa escultura foram reproduzidas em um artigo de Mario Barata publicado alguns meses depois da “campanha” de 1941, no qual o autor nos

certifica que se trata de um dos “ídolos [sic] de macumbas cariocas recolhidos pela polícia civil na campanha ultimamente realizada” (BARATA, 1941, p. 34).



Fig. 5. (a) Foto em: *A Noite*, 31 mar. 1941, p. 1; (b) Escultura representando Iemanjá [?].
Argila, búzios e sementes, 28 x 24 x 25 cm. Rio de Janeiro,
Museu da Polícia Civil, n. identificação 006

Barata qualifica tal escultura como "curiosíssima [tendo] um aspecto meio marajoara" e a interpreta como uma representação de Iemanjá, a orixá da fertilidade entre o povo Egba, associada nas Américas aos mares e suas águas salgadas. Ele afirma, ainda, que a espécie de vaso sobre sua cabeça teria a função de receber oferendas e relaciona a posição das mãos, segurando os seios, a protótipos que “aparece[m] na costa do Guiné entre os lombas [sic] e no planalto de Bali no Camerum [sic]” (BARATA, 1941, p. 34). A hipotética identificação da escultura como Iemanjá é reforçada quando a comparamos com outra da orixá, em madeira, que ilustra o seminal texto de Nina Rodrigues (1904), *As bellas-artes nos colonos pretos do Brasil: a esculptura*. Nesse caso, Rodrigues diz que a escultura funcionaria como um trono ou banco destinado a um sacerdote, descrevendo-a com palavras que bem poderiam ser usadas para descrever à peça sequestrada pela polícia em 1941.

Os elegantes tambores que ladeiam Sizenando na foto da Figura 4b parecem ser alguns dos quais o Museu da Polícia preserva, mostrados na Figura 6. Eles são compostos de ripas de madeira escura, unidas por aros de metal. Trata-se

de instrumentos de afinação fixa, com suas partes percussivas, feitas de couro cru, presas com tachas e percevejos.



Fig. 6. A direita, atabaque. 70,5 cm (altura). À esquerda, atabaque. 80 cm (altura) Ambos feitos de madeira, metal e couro. Rio de Janeiro, Museu da Polícia Civil, n. identificação 001 e 002

Já o que aparenta ser uma cruz de procissão, mostrada à esquerda e atrás de “Rei Congo” na foto do “altar” da Figura 3, é indubitavelmente outro dos objetos sacros que o Museu da Polícia conserva [Figura 7]. Trata-se de uma peça feita de metal com elaborada ornamentação. Em seu topo, há uma cruz com extremidades arredondadas, que se sobrepõe a um triângulo vazado, do qual se projetam várias pontas, de diferentes tamanhos. Não sabemos a exata função desse objeto no contexto afrobrasileiro em que foi apreendido. Todavia, se considerarmos a suposta importância de diagramas cruciformes como o chamado cosmograma Kongo - o “signo dos quatro momentos do sol” (THOMPSON & CORNET, 1981)¹ - em culturas oriundas da África Central, podemos presumir que sua significação transcendia em muito a da cruz no Cristianismo.

A baixa qualidade das fotos de 1941 nos impede que tenhamos certeza sobre a identificação de algumas peças apreendidas, mas é provável que outras delas também estejam hoje no Museu da Polícia. É o caso, notadamente, de uma estatueta de Santo Expedito e do que parece ser um *ponto riscado*, desenhado sobre papel e emoldurado, que podem ser vistos atrás de Sizenando na foto da Figura 4a. Embora em praticamente todos os casos seja impossível saber

¹ Para um balanço crítico desse signo enquanto efetivo “cosmograma transatlântico” ou “tradição inventada,” ver BONHOMME & KERESTETZI, 2015, p. 79-84.

exatamente de qual terreiro as peças foram sequestradas, a investigação do corpus de notícias sobre a “campanha” de 1941 nos informa sobre objetos a respeito dos quais, até recentemente, havia pouca ou nenhuma documentação. Logo, o aprofundamento da investigação é útil para melhor entendermos a dinâmica de incorporações que foram feitas à coleção do Museu da Polícia após seu primeiro inventário oficial, datado de 1940 e assinado pelo Delegado Demócrito de Almeida (MINISTÉRIO, 1938, fº 7-10).



Fig. 7. Cruz processional [?]. Metal, 192 cm (altura total); 50,5 x 40,4 cm (cruz na parte superior)
Rio de Janeiro, Museu da Polícia Civil, n. identificação 101

À guisa de considerações finais, a discussão que aqui apresentamos demonstra bem como a repressão policial às religiões afrobrasileiras era ainda forte no começo dos anos 1940, mesmo após a promulgação de um código penal que não mais criminalizava as práticas mediúnicas e mágicas. Com efeito, a repressão ganhou então conotações até mais terríveis, aproximando-se de estratégias de limpeza étnica que se tornaram comuns no contexto da Segunda Guerra Mundial. Mas a “Blitzkrieg” policial de 1941 e sua recepção na imprensa do Rio - ainda que à revelia de suas intenções originais - hoje também permitem entendamos um pouco melhor aspectos da arte sacra afrobrasileira em um período e local que ainda carecem de pesquisas sistemáticas. Temos consciência de que estudar esse sombrio episódio é uma empreitada ambivalente. Por um lado, fazemos circular novamente os textos e imagens racistas que o documentam, o que deve ser encarado pelo/a leitor/a de modo crítico. Por outro lado, cremos que tal estudo pode representar um ato de memória contra o esquecimento da repressão e uma denúncia do próprio racismo que a fundamentava, cujos efeitos reverberam fortemente no Brasil até os dias atuais. Temos esperança de que seja esse último efeito o que prevaleça após a leitura do presente artigo.

Referências

Livros, capítulos e artigos

ABREU, Mauricio de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. - 4. ed. - Rio de Janeiro: IPP, 2013.

BARROS, José Flávio Pessoa de. O banquete do rei - Olubajé: uma introdução à música sacra afro-brasileira. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

BONHOMME, Julien; KERESTETZI, Katerina. Les signatures des dieux. Graphismes et action rituelle dans les religions afro-cubaines. *Gradhiva*, 22 | 2015, 74-105

FRIESER, Karl-Heinz. The Blitzkrieg legend: the 1940 campaign in the West. Annapolis: Naval Institute Press, 2005.

LEMOS, Renato. MULLER, FILINTO. FGV CPDOC, [s.d.]. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/muller-filinto>

LODY, Raul. Dicionário de arte sacra & técnicas afro-brasileiras. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LOPES, Nei. Enciclopédia brasileira da diáspora africana [recurso eletrônico]. - 4. ed. - São Paulo: Selo Negro, 2011.

HOLMES, Richard et al. The Oxford Companion to Military History. Oxford: Oxford University Press, 2001.

ROSE, R. S.. O homem mais perigoso do país: Biografia de Filinto Müller, o temido chefe de polícia da ditadura Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

RUFINO, Luiz. A ciência encantada, s. d. Disponível em: https://www.academia.edu/20079012/A_Ci%C3%Aancia_Encantada

SEPOL é a primeira polícia do Brasil a devolver acervo de religiões de matriz africana. Polícia Civil, 7 ago. 2020. Disponível em: <http://www.policiacivilrj.net.br/institucional.php?id=7884&fbclid=IwAR2ikc6Nm6gM4ZaQlaGqMseYC4IsdNjTiktdYIY5mI7Wh2Cj5BZwI3Xij7I> Acesso em: 10 ago. 2020

SIMAS, Luiz Antonio. Macumba. Serrote, s. d. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/02/macumba-por-luiz-antonio-simas/>

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Fogo no mato: A ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SHOWALTER, Dennis E.. Blitzkrieg. In: COWLEY, R.; PARKER, G. (ed.). The Reader's Companion to Military History. New York: Houghton Mifflin Company, 1996, p. 56-58.

SODRÉ, Muniz; LIMA, Luiz Filipe. Um vento sagrado: história de vida de um adivinho da tradição nagô-kêtu brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

THOMPSON, Robert Farris; CORNET, Joseph. The four moments of the sun. Kongo Art in Two Worlds. Washington, D.C.: National Gallery of Art, 1981.

VANSINA, Jan. O Reino do Congo e seus vizinhos. *In*: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII / ed. Bethwell Allan Ogot. - Brasília: UNESCO, 2010, p. 647-694.

VALLE, Arthur. Mapeando o sagrado: arte sacra e locais de culto afrobrasileiros em notícias sobre repressão policial no Rio de Janeiro, 1890-1941. Revista de história da arte e da cultura, Unicamp, v. 1 n. 2, jul./dez. 2020. [no prelo]

Artigos na imprensa de época, em ordem de publicação

RODRIGUES, Nina. As bellas-artes nos colonos pretos do Brazil: a esculptura. *Kósmos*, Rio de Janeiro, ano I, n. 8, n. p., ago. 1904.

As alucinações do "candomblé." *A Noite*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 4005, 1923, p.1.

Perturbando o "terreiro" de Obatolá... *Gazeta de Notícias*, 4 out. 1936, p. 5.

Blitzkrieg também contra a macumba! *Diário da Noite*, n. 4221, 31 mar. de 1941, p. 1 e 7.

Ofensiva contra os macumbeiros. *A Noite*, ano XXX, n. 10465, 31 mar. 1941, p. 1-2.

Pânico nos "terreiros"! *O Globo*, 31 mar. 1941, p.1-2.

FONSECA, Sylvio da. Guerra a ebós e orixás. *A Noite Ilustrada*, 8 abr. 1941, p. 44-46.
Guerra à "Macumba"! *Diário Carioca*, ano XIV, n. 3922, 1 abr. 1941, p. 1.

Varejados setenta "terreiros" e presos oitenta "macumbeiros." *Diário de Notícias*, 1. abr. 1941, p. 1.

Até o extermínio de todas as "macumbas." *Correio da Manhã*, ano XL, n. 14236, 2 abr. 1941, p. 1.

A Guerra-Relâmpago. *Diário de Notícias*, 3 abr. 1941, p. 4.

BARATA, Mário. Arte negra. *Revista da Semana*, v. 42, n. 20, p. 16-17 e 34, mai. 1941.

Legislação e outros documentos oficiais

DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Código Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>

DIÁRIO Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 147, parte I, 12 ago. 2020.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo No 35_T_SPHAN/38. Coleção: Museu de Magia Negra. Rio de Janeiro, 1938.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Augusto de Vianna do Castello em 1928. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

Como citar:

VALLE, Arthur. “Blitzkrieg contra a Macumba”: repressão policial e arte sacra afrobrasileira no Rio de Janeiro em 1941. *Anais do 40º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Pesquisas em Diálogos*, Evento virtual, CBHA, n. 40, p. 119-134, 2021 (2020). ISSN: 2236-0719.
DOI: <https://doi.org/10.54575/cbha.40.10>
Disponível em: <http://www.cbha.art.br/publicacoes.html>